



Declaração de privacidade de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)

Aplicável a clientes, partes interessadas, fornecedores, distribuidores, empresas contratadas e parceiros da ifm electronic Ltda (doravante denominado "ifm").

As informações a seguir têm como objetivo fornecer uma visão geral de como tratamos seus dados pessoais, como tratamos os dados pessoais de terceiros eventualmente por você, quais são seus direitos de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), bem como informar como esperamos que você trate dados pessoais eventualmente fornecidos por nós.

1. Responsável pelo tratamento dos dados (controlador)

ifm electronic Ltda

Rua Eleonora Cintra, 140 – Bairro: Jardim Anália Franco – CEP 03337-000
Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo – Brasil
Telefone: (11) 2672-1730
e-mail: info.br@ifm.com
Internet: www.ifm.com/br

2. Encarregado nomeado pelo controlador

ifm electronic Ltda

Jaqueline Hiroi

Rua Eleonora Cintra, 140 – Bairro: Jardim Anália Franco – CEP 03337-000
Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo – Brasil
Telefone: (11) 2672-1730
e-mail: lgpd.br@ifm.com

3. Dados tratados

a) Dados pessoais

Dados pessoais são informações relacionadas a uma pessoa natural identificada ou identificável. No decorrer da formação de uma relação comercial ou criação de um banco de dados, diversos dados pessoais podem ser coletados, tratados e armazenados como, por exemplo:

- endereço e dados para contato (nome, endereço, telefone, e-mail, outras informações de contato), dados pessoais cadastrais (data de nascimento, local de nascimento, gênero, nacionalidade, estado civil, capacidade legal, dados de identificação (por exemplo, RG), dados de autenticação (por exemplo, amostra de assinatura), CPF).

Na utilização de produtos e serviços no contexto de contratos firmados conosco, outros dados pessoais podem ser coletados, tratados e armazenados como, por exemplo:

- dados contratuais (dados do pedido, dados do cumprimento de nossas obrigações contratuais, informações sobre quaisquer terceiros beneficiários), dados de faturamento, serviços e pagamento, dados de débito direto, informações fiscais, dados do produto (por

Thomas Halbe



exemplo, serviços e produtos solicitados ou reservados), bem como as seguintes documentos de avaliação de crédito comercial.

Em algumas hipóteses, quando houver fundamento legal, pode haver o tratamento de dados pessoais sensíveis, entendidos como aqueles dados sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico.

b) Fontes

Nós tratamos dados pessoais que recebemos de você no contexto de nossa relação comercial. Além disso, na medida do necessário para a fornecimento de nossos produtos e serviços, nós processamos dados pessoais que recebemos de forma legítima de outras empresas do grupo ifm (<https://www.ifm.com>) ou terceiros (por exemplo, para a execução de pedidos ou contratos ou com base no seu consentimento; dados obtidos de empresas fornecedoras de meios de pagamento). Nós também tratamos dados pessoais que obtivemos de forma legítima de fontes acessíveis ao público (por exemplo, registros comerciais e de associações, imprensa, mídia, internet, mídias sociais) e os quais estamos autorizados a tratar.

c) Informações de contato do cliente

Como parte da fase de início de tratativas comerciais e durante a relação comercial, outros dados pessoais podem ser gerados, em particular por meio de contatos pessoais, telefônicos ou escritos iniciados por você ou pela ifm. Isso pode incluir informações sobre o meio de contato, data, ocasião e resultado, cópias (eletrônicas) de correspondências e informações sobre a participação em atividades de marketing direto.

4. Objetivo e base jurídica do tratamento

Nós tratamos os dados pessoais de acordo com as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), em especial:

a) Com base no seu consentimento (Art. 7º, I, LGPD)

Se você nos concedeu seu consentimento para tratarmos seus dados pessoais para fins específicos (por exemplo, utilização de imagem ou marcas), a legalidade de tal processamento é baseada no seu consentimento. Você pode revogar seu consentimento a qualquer tempo. Isso também se aplica a declarações de consentimento emitidas antes da entrada em vigor da Lei Geral de Proteção de dados, ou seja, antes de 18 de setembro de 2020. Qualquer tratamento realizado antes da revogação não será afetado por esta. Você pode requerer uma visão geral do status das declarações de consentimento que você nos concedeu a qualquer tempo.

b) Para cumprir obrigações legais ou regulatórias (Art. 7º, II, LGPD)

Estamos sujeitos a várias obrigações legais e regulatórias, e tratamos dados para o objetivo de, por exemplo: verificação de identidade e idade, cumprimento de obrigações tributárias, previdenciárias, trabalhistas, bem como a avaliação e gestão de riscos dentro da empresa.

c) Para cumprir obrigações contratuais (Art. 7º, V, LGPD)



Dados pessoais são tratados para firmar, executar e rescindir um contrato relativo ao fornecimento de produtos ou serviços e para executar atividades pré-contratuais para a preparação de ofertas, contratos e outras atividades para a conclusão de contratos por sua solicitação.

As finalidades do tratamento de dados são baseadas principalmente nos produtos e serviços específicos e podem incluir, sem limitação, análises de necessidades, consultoria e suporte. As partes interessadas podem ser contatadas considerando eventuais restrições manifestadas durante o início do contrato, e clientes, fornecedores, distribuidores e parceiros durante a relação comercial, utilizando os dados por eles fornecidos.

d) Para o exercício regular de direitos (Art. 7º, VI, LGPD)

Podemos tratar seus dados pessoais para o exercício regular de nossos direitos em processos judiciais, administrativos ou arbitrais.

e) Para a proteção da vida ou da incolumidade física (Art. 7º, VII, LGPD)

Quando necessário à proteção da sua vida ou incolumidade física, ou de terceiros, trataremos dados na medida do razoável. Isso se aplicará, por exemplo, ao controle de acesso às nossas instalações.

f) Para atender a legítimos interesses (Art. 7º, IX; art. 10 LGPD)

Na medida do necessário, nós tratamos seus dados para proteger os legítimos interesses perseguidos por nós, por terceiros, ou para proteção do exercício de seus direitos ou prestação de serviços que o beneficiem. Exemplos:

- revisão e otimização de procedimentos para análises de requisitos e para contatos diretos com clientes, incluindo segmentação de clientes e cálculo da probabilidade de fechamento;
- publicidade ou pesquisa de mercado e enquetes, desde que você não tenha feito objeções ao uso de seus dados;
- reivindicações de direitos e defesa em disputas jurídicas;
- garantia de segurança de tecnologia de informação e de operações;
- consulta e troca de dados com agências de crédito para a identificação de riscos de crédito e inadimplência;
- prevenção de crimes;
- vigilância por vídeo de nossos estabelecimentos, recolhimento de provas em caso de crimes;
- medidas para segurança de edifícios e instalações (por exemplo, controles de acesso);
- medidas para proteção de direitos domiciliares;
- medidas para gestão empresarial e desenvolvimento de serviços e produtos;
- gestão de risco da ifm;
- publicidade institucional, por exemplo, por meio da divulgação de casos de sucesso;
- realização de auditorias;
- emissão de certidões;
- atividades de marketing;
- campanhas em mídias sociais;
- envio de amostras e materiais de marketing;
- prospecção de oportunidades de negócios;

g) Para a proteção do crédito (Art. 7º, X, LGPD)



No contexto de um contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a um eventual contrato podemos tratar dados pessoais para análise de risco de crédito do seu titular.

5. Compartilhamento dos dados

No caso de cumprimento de obrigações legais e regulatórias, seus dados pessoais poderão ser compartilhados com órgãos e entes públicos em geral como, por exemplo:

- Ministério da Economia;
- Receita Federal do Brasil;
- Secretarias de Fazenda estaduais e municipais;
- Órgãos de fiscalização em geral.

Terceiros também poderão eventualmente receber seus dados pessoais no contexto da execução de um contrato. Como exemplo desses casos, podemos citar:

- compartilhamento de dados para retirada de mercadorias em estabelecimentos de terceiros;
- processos de triangulação de pedidos;
- subcontratações.

Ademais, em casos de tratamento de dados fundado em nosso legítimo interesse, seus dados também podem eventualmente ser compartilhados com terceiros, por exemplo:

- empresas de auditoria que prestem serviços à ifm;
- prestadores de serviços de vigilância e segurança patrimonial;

Também podem ser destinatários de dados pessoais as entidades às quais você deu seu consentimento para a transferência de dados.

Tais terceiros serão informados de seus deveres de proteção dos dados pessoais a eles compartilhados, de acordo com nossas instruções e com a Lei Geral de Proteção de Dados.

Em relação à transferência de dados para destinatários fora da ifm, é importante notar que nós somos obrigados a manter sigilo sobre todos os dados pessoais dos quais tenhamos conhecimento. Apenas podemos divulgar informações sobre você caso nós sejamos legalmente autorizados a fazê-lo, se você tiver dado o seu consentimento e/ou se operadores ou encarregados contratados por nós garantirem a conformidade com as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados.

Todos os agentes de tratamento que atuarem com seus dados pessoais deverão observar os termos da Lei Geral de Proteção e Dados e, em caso de falhas, poderão ser responsabilizados.

Caso tenhamos que compartilhar dados pessoais com você, você se compromete a cumprir as determinações da Lei Geral de Proteção de Dados e os termos deste documento, garantindo a adoção de políticas, procedimentos e mecanismos de proteção e tratamento de dados pessoais em conformidade com a legislação e as melhores práticas exigidas, responsabilizando-se por vazamentos e/ou tratamentos inadequados de dados pessoais nos

Thomas Halbe



termos da legislação. Você somente estará autorizado a realizar uma nova transferência desses dados nos limites da legislação ou caso expressamente tenhamos concedido uma autorização nesse sentido.

6. Transferência de dados a outros países

Poderá haver a transferência internacional de dados pessoais para outras empresas do grupo ifm, considerando que somos uma empresa multinacional e que determinados sistemas de tratamento de dados podem ser hospedados em outros países. Tomaremos todas as medidas para garantir a segurança e legalidade dessa transferência.

Em casos específicos, podemos solicitar seu consentimento para determinadas transferências internacionais, sempre que a legislação assim exigir.

Caso tenhamos que compartilhar dados pessoais com você, você se compromete a cumprir as determinações da Lei Geral de Proteção de Dados e os termos deste documento, garantindo a adoção de políticas, procedimentos e mecanismos de proteção e tratamento de dados pessoais em conformidade com a legislação e as melhores práticas exigidas, responsabilizando-se por vazamentos e/ou tratamentos inadequados de dados pessoais nos termos da legislação. Você somente estará autorizado a realizar uma nova transferência desses dados nos limites da legislação ou caso expressamente tenhamos concedido uma autorização nesse sentido.

7. Duração do tratamento de dados

Nós tratamos e armazenamos seus dados pessoais pelo tempo que for necessário para o cumprimento de nossas obrigações legais e contratuais. Caso os dados não sejam mais necessários para o cumprimento de nossas obrigações, eles serão regularmente excluídos, a menos que seu posterior tratamento (por um período limitado) seja necessário, por exemplo, para os seguintes fins de:

- cumprimento de obrigações de armazenamento por determinações legais ou regulatórias;
- preservação de provas no âmbito de prazos prescricionais;
- anonimização dos dados para nosso uso exclusivo.

8. Direitos do titular

Todos os titulares de dados, observadas as ressalvas e requisitos da LGPD, têm direito de: confirmação da existência de tratamento (art. 18, I, LGPD); acesso aos dados (art. 18, II, LGPD); correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados (art. 18, III, LGPD); anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade (art. 18, IV, LGPD); portabilidade (art. 18, V, LGPD); eliminação de dados tratados com base no consentimento do titular (art. 18, VI, LGPD); informação das entidades com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados (art. 18, VII, LGPD); informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e consequências da negativa (art. 18, VIII, LGPD); revogação de seu consentimento (art. 18, IX, LGPD); petição à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (art. 18, § 1º, LGPD); oposição ao tratamento



realizado com fundamento em uma das hipóteses de dispensa de consentimento, em caso de descumprimento da LGPD (art. 18, § 2º, LGPD).

Você pode revogar seu consentimento para o tratamento de dados pessoais feito com base nele a qualquer momento. Isso também se aplica às declarações de consentimento emitidas antes da entrada em vigor da Lei Geral de Proteção de Dados, ou seja, antes de 18 de setembro de 2020. A revogação do consentimento não afeta a legalidade do tratamento baseado no consentimento que tenha sido realizado até a data da revogação.

Você tem o direito de se opor, por motivos relacionados com a sua situação particular, a qualquer momento, ao tratamento de dados pessoais que lhe digam respeito que seja baseado em hipóteses que dispensem seu consentimento, caso entenda que tal tratamento esteja em desconformidade com os termos da LGPD. Caso você apresente uma oposição, iremos analisar tal oposição e lhe informar acerca de nossas conclusões. Não há requisitos formais para a apresentação de oposição ao controlador.

Os direitos mencionados acima serão exercidos mediante requerimento do titular dos dados pessoais ou de seu representante legal do titular legalmente constituído à ifm, ao Encarregado nomeado no item 2 ou a qualquer outro agente de tratamento identificado.

9. Obrigação de fornecer dados

No âmbito da nossa relação comercial, você deve fornecer os dados pessoais que forem necessários ao início e execução da relação comercial, ao cumprimento das obrigações contratuais, ou aquelas que somos legalmente obrigados a coletar. Como regra, nós temos que recusar concluir contratos ou fornecer os produtos e serviços sem tais dados ou podemos não ser mais capazes de continuar a cumprir um contrato existente e seremos obrigados a rescindi-lo.

São Paulo, 19 de agosto de 2022.

Thomas Halbe

Thomas Halbe
Diretor

Luiz Felipe A. Torre e Silva

Luiz Felipe A. Torre e Silva
Diretor

THOMAS

HALBE:221

83490861

Digitally signed by
THOMAS
HALBE:221834908
61
Date: 2022.08.19
09:27:44 -03'00'